

A. I. Nº - 298578.0026/09-5
AUTUADO - SUPERMERCADOS LOGOS LTDA.
AUTUANTE - CLÁUDIA MARIA SEABRA MARTINS
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 23/12/2010

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0351-03/10

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Refeitos os cálculos pela autuante para excluir Notas Fiscais relativas a mercadorias da substituição tributária, sobre as quais não se aplica a antecipação parcial, ficou parcialmente elidida a exigência fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 15/10/2009, refere-se à exigência de R\$2.740,56 de ICMS, acrescido da multa de 50%, em razão do recolhimento do ICMS por antecipação parcial efetuado a menos, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias de outros Estados, nos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, agosto a dezembro de 2005.

O autuado apresentou impugnação à fl. 89, alegando que os valores exigidos foram pagos, inclusive a mais, conforme histórico de pagamentos do ICMS. Diz que no demonstrativo de débito consta o valor a recolher de R\$4.234,62, mas o valor correto seria R\$4.162,64. Informa que no histórico de pagamentos consta que a empresa pagou R\$2.186,30, referente à antecipação parcial e ICMS substituição tributária, e ainda, R\$2.354,34 de ICMS “pago nas notas fiscais”. Portanto, o defendente assegura que pagou a mais, ficando com o crédito no valor de R\$295,47. Juntou cópias de notas fiscais e GNRE.

O autuante prestou informação fiscal às fls. 151/152 dos autos. Esclarece que analisou o levantamento fiscal e constatou que foram incluídas indevidamente notas fiscais de produtos sujeitos à substituição tributária, tendo em vista que o presente Auto de Infração se refere apenas à antecipação parcial. Informa que excluiu estas notas fiscais, conforme planilha que elaborou à fl. 151. Após as exclusões, o débito foi recalculado, tendo sido apurado o novo valor de R\$611,42, conforme nova planilha que acostou aos autos. Assim, a autuante informa que acolheu as alegações do defendente quanto à inclusão de notas fiscais relativas ao pagamento do ICMS por substituição tributária. Quanto à alegação de que foi recolhido o ICMS antecipação parcial, diz que tal argumento não foi comprovado.

Intimado da informação fiscal e do novo demonstrativo, o defendente se manifestou à fl. 161, dizendo que em relação ao novo valor do débito apurado pela autuante, mandou confeccionar o DAE referente a cada período solicitado e efetuou o pagamento em seis DAEs referentes aos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro de 2005, totalizando R\$611,32, conforme cópias que acostou aos autos.

Em nova informação fiscal às fls. 174/175, a autuante diz que o defendente tomou ciência da informação fiscal anterior e concordou com os valores apurados na planilha de cálculo.

Consta à fl. 178, extrato do Sistema SIGAT relativo ao pagamento de parte do débito apurado no presente Auto de Infração, totalizando R\$611,42.

VOTO

O Auto de Infração em lide trata de recolhimento a menos do ICMS antecipação parcial referente a mercadorias adquiridas para comercialização, conforme demonstrativo às fls. 09/10 dos autos.

Observo que as hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei 7.014/96:

“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição”.

O autuado alegou em sua defesa que os valores exigidos foram pagos, inclusive a mais, conforme histórico de pagamentos do ICMS, juntando aos autos cópias de notas fiscais e GNRE.

A autuante reconheceu que foram indevidamente incluídas no levantamento fiscal, notas fiscais de produtos sujeitos à substituição tributária, tendo em vista que o presente Auto de Infração se refere apenas à antecipação parcial. Após as exclusões destas notas fiscais, informa que o débito foi recalculado, tendo sido apurado o novo valor de R\$611,42, conforme nova planilha que acostou às fls. 153/154 dos autos, valor que foi acatado pelo defendente, tendo sido recolhido o débito remanescente, de acordo com as cópias dos DAES e extrato do Sistema SIGAT à fl. 179 do presente processo.

Concluo que após o refazimento dos cálculos pela autuante para excluir Notas Fiscais relativas a mercadorias da substituição tributária sobre as quais não se aplica a antecipação parcial, ficou parcialmente elidida a exigência fiscal.

Assim, de acordo com o novo demonstrativo às fls. 153/154, ficou apurado o débito no valor total de R\$611,42, conforme quadro abaixo:

MÊS/ANO	VALOR DO DÉBITO
04/2005	15,56
05/2005	108,81
08/2005	26,97
10/2005	54,06
11/2005	350,99
12/2005	55,03
TOTAL	611,42

Em relação ao percentual da multa indicada nesta infração (50%), o autuante enquadrou no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da Lei 7.014/96. Entendo que deve ser alterada a referida multa, haja vista que não se aplicaria a multa de 50%, com base no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da mencionada Lei nº 7.014/96, haja vista que deve ser aplicado o percentual de 60%, na forma prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei 7.014/96.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração contra **SUPERMERCADOS LOGOS LTDA.**, devendo ser intimado para pagamento do imposto no valor total de **R\$611,42**, acrescido da multa

inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de dezembro de 2010

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA